



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 15504.005839/2010-11

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 2402-000.331 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 23 de janeiro de 2013

**Assunto** Solicitação de Diligência.

**Recorrente** ASSOCIAÇÃO PROM HUMANA DIVINA PROVIDENCIA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

RESOLVEM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência.

Júlio César Vieira Gomes – Presidente

Lourenço Ferreira do Prado – Relator

Participaram do Julgamento os Conselheiros: Julio César Vieira Gomes, Ana Maria Bandeira, Thiago Taborda Simões, Ronaldo de Lima Macedo, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Lourenço Ferreira do Prado.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA em face de acórdão que manteve a integralidade do Auto de Infração n. 37.273.594-0, lavrado para cobrança de contribuições devidas à Previdência Social parte patronal incidentes sobre a remuneração paga a segurados empregados, inclusive aquelas destinada ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho e também as incidentes sobre a remuneração de Contribuintes Individuais.

O período apurado compreende a competência 01/2006 a 12/2007, tendo o contribuinte sido cientificado em 20/04/2010 (fls. 93).

Consta do relatório fiscal que a recorrente declarava-se como empresa isenta ao pagamento das contribuições previdenciárias parte patronal por entender preencher todos os requisitos determinados em Lei para fazer jus a benesse.

Todavia, a fiscalização apurou que tal benesse não lhe deveria ser conferida, em razão da mesma ter deixado de observar aquilo o que descrito no art. 55, § 1º da Lei 8.212/91, por não possuir o Ato Declaratório de Isenção emitido pelo INSS, já que não efetuou o requerimento para que tal documento fosse emitido em seu favor.

Ainda em sede de ação fiscal a empresa alegou não ter apresentado o documento em razão de ter impetrado junto à Justiça Federal do Distrito Federal o processo 2001.38.00.035941-9, que aguardava decisão a ser proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região, o qual teria transitado em julgado em 17/12/2009 em favor da Fazenda Nacional.

Quanto ao trânsito em julgado a recorrente esclareceu ao fiscal que este havia sido proferido equivocadamente, de modo que o processo ainda teria os seus trâmites normais a serem realizados.

O fiscal autuante, ao comparar as multas a serem aplicadas, verificou que a mais benéfica, de acordo com as determinações do art. 106 do CTN, foi a anterior as alterações levadas a efeito pela Lei 11.941/09, tendo aplicado-a ao caso.

Julgada improcedente a impugnação, foi interposto o competente recurso voluntário, através do qual, sustenta a recorrente:

1. - que o presente Auto de Infração foi lavrado considerando-se que a impugnante não teria direito à imunidade contida no artigo 195, § 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CR/88 por não cumprir com os requisitos contidos no artigo 55 da Lei nº 8.212/1991;
2. - que apesar do texto constitucional ter se utilizado a expressão "isenção" no artigo 195, § 7º na realidade trata-se de imunidade;

3. - que dessa forma, as instituições benfeicentes de assistência social são imunes desde que acatem as exigências contidas em lei. Disserta sobre o conceito de entidade benfeicente e sobre o conceito de assistência social acatado pelo Supremo Tribunal Federal;
4. - que coaduna com entendimento de que as exigências contidas no artigo 55 da Lei nº 8.212/1991, "observada a desconsideração de alguns requisitos conforme prescreve a liminar na ADIn 2.028-5/DF" está em sintonia com o artigo 14 do CTN
5. que pelos dispositivos contidos em seu estatuto e pela documentação ora acostada demonstra que cumpre todos os requisitos estabelecidos no artigo 55 da Lei nº 8.212/1991 quanto os requisitos do artigo 14 do CTN;
6. - que "o direito à imunidade prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 é regra e, portanto, não depende de decisão discricionária de qualquer autoridade administrativa [...] uma vez cumpridos todos os requisitos previstos em lei, o gozo é automático". Disserta acerca de suas atividades e projetos;
7. - que era detentora nos anos de 2006 e 2007 de Declaração de Utilidade Pública Federal, Declaração de Utilidade Pública Estadual de Minas Gerais e Declaração de Utilidade Pública do Município de Belo Horizonte (cópias de fls. 29 a 32 do Anexo I);
8. - que nos anos de 2006 e 2007, obteve do Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e o Certificado de Entidade sem Fins Lucrativos (cópias de fls. 34/36 do Anexo I)
9. - que todos os anos publica seu Balanço Patrimonial "validado" por auditoria externa e comprova que seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeiteiros, não percebem remuneração e não usufruem vantagens ou benefícios a qualquer título e que aplica integralmente o resultado operacional no desenvolvimento de seu objeto institucional (cópias de fls. 38 a 200 do Anexo I e de 01 a 72 do Anexo II);
10. - que a Lei 12.101/09 revogou a necessidade do requerimento para expedição do Ato Declaratório de Isenção pelo INSS, devendo ser aplicada ao caso, de acordo com as regras do art. 106 do CTN;

11.

que a decisão de primeira instância deixou de analisar o cumprimento dos requisitos insertos no art. 55 da Lei 8.212/91, conforme apontado na defesa da contribuinte;

Sem contrarrazões da Procuradoria da Fazenda Nacional, vieram os autos a este Eg. Conselho.

É o relatório.

## VOTO

Antes mesmo de adentrar ao mérito da demanda, entendo haver questão preliminar a ser esclarecida nos autos para que o julgamento do presente recurso seja levado a efeito diante da certeza de todas as informações trazidas aos autos.

Conforme consta do relatório fiscal do presente Auto de Infração a fiscalização informou a existência de uma ação judicial impetrada pelo contribuinte, de n. 2001.38.00.035941-9, cuja última indicação era tramitar junto ao TRF da 1ª Região.

Sobre referida ação, apontou a fiscalização que esta havia transitado em julgado em favo do INSS, ao passo em que a recorrente sustenta que a informação do trânsito em julgado era equivocada.

Vejamos o que dispõe o relatório fiscal sobre o assunto:

*Ao ser intimada a apresentar o referido ato (Termo de Intimação Fiscal, em 24/09/2009, cópia anexa), a instituição alegou que não o apresentava devido ao fato da instituição ter proposto (contra o INSS) Ação Declaratória de Imunidade das contribuições previdenciárias da parte patronal e o processo encontra-se aguardando julgamento no TRF da 1. Região, conforme consta da cópia da documentação acostada. A referida documentação acostada se resume a um certificado emitido pelo TRF da 1. Região descrevendo um breve histórico referente ao processo nº 2001.38.00.035941-9 e a impressão do histórico de suas movimentações extraída do site do referido Tribunal através de consulta processual eletrônica.*

*Analizando-se esses documentos, verificou-se que não estavam devidamente atualizados (certificado datado de 07/05/2009 e consulta processual em 18/11/2009). Após solicitada sua atualização, a instituição apresentou consulta processual atualizada em 29/03/2010 (cópia anexa), onde consta que o processo em epígrafe, após sucessivos recursos e embargos legais, transitou em julgado em 17/12/2009, cuja sentença foi favorável ao INSS/PGFN.*

*A instituição apresentou cópia de ofício dirigido à mesma e remetido por empresa de advocacia, com data de 29/03/2010 (cópia anexa), onde alega que o referido processo transitou em julgado indevidamente e que, embora conste no sistema de consulta do TRF da 1.Região que o mesmo transitou em julgado, houve um equívoco que torna sem validade a publicação realizada.*

Dessa forma, diante da divergência de informações até então não comprovadas nos autos mediante documentação hábeil, verifico que alguns pontos relacionados a ação judicial devem ser esclarecidos antes mesmo do julgamento do presente recurso voluntário.

Ante todo o exposto, voto no sentido de **CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA**, determinando a baixa dos autos à origem, para que a fiscalização se manifeste, mediante inclusive a obtenção de documentos pertinentes, acerca de (i) qual é o objeto da ação judicial n. 2001.38.00.035941-9 impetrada pelo contribuinte, juntando aos autos o teor de sua petição inicial, bem como para que esclareça se (ii) referida ação atulamente

transitou em julgado ou não e em que sentido, juntando aos autos as respectivas decisões e a certidão de trânsito em julgado, se for o caso.

É como voto.

Lourenço Ferreira do Prado.

CÓPIA